



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008466-75.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **ZeLbia Maria Venancio**
 Requerido: **NILSON FERREIRA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Pelo que se extrai dos autos, a fotografia de fl. 13 retrata o local do evento, bem como o sentido dos automóveis das partes.

Percebe-se que ambos trafegavam pela Rua Domingos Marino, via de mão dupla, em sentidos opostos, tendo a autora avançado até o canteiro central, onde parou.

Percebe-se, mais, que a colisão se deu na sequência, constatando-se a fls. 15/17 que o automóvel do réu foi atingido na parte lateral esquerda.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Assentadas essas premissas, e tomando em consideração que as partes não manifestaram interesse pelo alargamento da dilação probatória, reputo que não existe lastro consistente para definir de quem foi a responsabilidade pelo embate.

Na verdade, o réu num primeiro momento pode ter obedecido à sinalização de parada obrigatória que havia para ele, antes de iniciar a travessia da Av. Teixeira de Barros.

Fê-lo o mesmo a autora, a qual passou pela metade da Av. Teixeira de Barros e chegou ao canteiro central, onde novamente estancou sua marcha em atenção à placa exibida a fl. 13.

Na sequência, não se sabe com segurança a dinâmica que se passou.

De início, é difícil imaginar que no momento do impacto a autora estivesse parada porque se assim fosse não se compreenderiam os danos na parte lateral esquerda dianteira de seu automóvel exibidos a fl. 03.

Poder-se-ia cogitar então da culpa do réu porque não teria observado que a autora já iniciara a conversão à esquerda, estando dessa maneira já na via preferencial (Av. Teixeira de Barros).

De igual modo, não é desarrazoado cogitar da culpa da autora porque não se sabe se ela acionara a sinalização de seta para demonstrar, inclusive ao réu, que ingressaria na Av. Teixeira de Barros.

Em suma, a hipótese dos autos coloca em oposição duas situações claras, a saber: a necessidade de obediência à sinalização de parada obrigatória para o réu, de sorte que ele somente poderia retomar sua trajetória em condições de não obstar outros veículos que estivessem na via preferencial; a necessidade da cautela redobrada para a autora encetar manobra de conversão à esquerda, não se podendo afastar a perspectiva de que o autor já estava no curso da travessia quando ela fez essa manobra, tanto que os danos em seu veículo (fl. 03) indicam que pouco se teria movimentado.

Até mesmo a possibilidade de culpa recíproca das partes não pode ser descartada.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição tanto da pretensão deduzida quanto do pedido contraposto.

Como assinalado, não é possível delimitar com exatidão como se deram os fatos noticiados ou fazer preponderar a explicação de uma das partes em detrimento da outra.

Tal incerteza, ademais, não foi dirimida por provas que pudessem aclarar como tudo sucedeu.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** a ação e o pedido contraposto, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 08 de dezembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**